



Um “brasilianista italiano”: entrevista com Angelo Trento

Carla Fernandes da Conceição¹
João Paulo da Silva²

Apresentação

Angelo Trento é professor aposentado de História da América Latina na Universidade de Nápoles “Istituto Orientale”. Sendo referência internacional dos estudos sobre a imigração italiana, possui inúmeras obras publicadas, tendo pesquisado diversos temas como a imigração italiana no Brasil de 1850 a 1970, o fascismo e a história da América Latina. Atualmente, dedica-se à pesquisa e participa do grupo de pesquisa no CNPq TRANSFOPRESS Brasil - Grupo de Estudos da Imprensa em Língua Estrangeira no Brasil.

O senhor é graduado em Filosofia, mas que sua área de trabalho é, sobretudo, a História da América Latina. Gostaríamos de saber o que o levou a se interessar pelo estudo de História e por que, em específico, da América Latina?

Para falar a verdade eu sempre me interessei por História, desde os tempos do ginásio - que acredito não se chamar mais assim. Inclusive por causa de uma professora que me forneceu instrumentos para conhecer e, por conseguinte, gostar de História. Mas quando eu comecei a cursar a Faculdade, na época – e estou falando do ano 1960, não existia aqui na Itália, uma Faculdade de História. Assim, para poder ter um percurso que fosse mais caracterizado nesse plano a única opção era se matricular em Filosofia, e isso, em parte, dependia do fato de que uma das saídas profissionais dos alunos formados nessa Faculdade era o ensino nos colégios - melhor seria utilizar o termo escolas, pois na Itália quase não existem institutos particulares de instrução e a educação é quase que totalmente pública (por volta de 90-95%) mesmo a universitária. Foi por isso que eu me graduei em Filosofia.

O tema da imigração italiana para o Brasil é recorrente em seus escritos. Como e por que o senhor começou a se interessar pelo estudo da imigração italiana no Brasil?

Quando eu iniciei meu percurso acadêmico, logo voltei meu interesse para o estudo da América Latina em geral e, depois de pouco anos, do Brasil em especial,

1 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Contato: carlafcon@gmail.com

2 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, bolsista CAPES. Contato: jps.historia@gmail.com



mesmo não negligenciando outros países e situações que mais chamavam minha atenção, por curiosidade ou - e era o caso mais frequente - por afinidade política. Foi esta última a razão que me levou a escrever, já década de 90, um livro de 130 páginas sobre a Revolução Cubana, que teve um razoável sucesso, como aliás demonstra o fato de ter sido traduzido na França, na Bélgica, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na República Tcheca e até na China. Minha propensão a pesquisar a imigração italiana para o Brasil manifestou-se a partir do começo da década de 80 e daí por diante foi um tema com o qual fiquei sempre mais comprometido, tendo aprofundado nesse últimos 35 anos diferentes aspectos desse fenômeno, das ocupações rurais às urbanas, das escolas às associações (principalmente de mútuo socorro), do exílio republicano antes da unificação italiana à presença da Igreja nas coletividades (sobretudo nas mais fechadas, como as do Rio Grande do Sul), da procedência regional ao movimento operário, chegando até o fascismo e a luta anti-fascista, deixando também algum espaço ao segundo pós-guerra, todos temas que toquei em especial no caso da imigração italiana no Estado de São Paulo. O porquê desse meu interesse depende principalmente da fascinação que começou a exercer em mim a tarefa de dar uma voz aos que não tinham voz, de contar a história dos que não tinham história.

Você possui parentes/familiares que fizeram o percurso e chegaram “do outro lado do Atlântico”?

Eu próprio cheguei do outro lado do Atlântico, ainda criança, com 12 anos, desembarcado em 1954 na cidade de São Paulo, onde meu pai trabalhava na Alitalia. Foi uma experiência muito importante para mim, apesar de ter ficado no Brasil menos de 6 anos (voltei para Roma no começo de 1960 para cursar a Faculdade), pois deu-me uma grande abertura mental e uma atitude à convivência e ao intercâmbio cultural, mesmo tendo frequentado o Colégio Dante Alighieri, que, naqueles anos, já era um instituto totalmente brasileiro e hospedava alunos de diferentes nacionalidades, se bem que com preponderância de italianos e descendentes.

O professor se considera um brasilianista? Por quê?

Com certeza, eu acredito ser um brasilianista, aliás um dos pouquíssimos brasilianistas italianos e não só porque estudo a imigração do meu país no vosso (mas afinal posso até dizer que o vosso chega a ser o meu, pois lá eu vivi os anos da minha formação, que são os mais importantes da vida de cada um). Eu sinto-me brasilianista porque foi ao Brasil que dediquei grande parte da minha vida profissional, escrevi artigos e livros sobre a sua história, principalmente dos dois séculos posteriores à independência.

Como o professor analisa as mutações sofridas pela imigração ocorridas nos séculos XIX, XX e XXI? Qual(is) seria(m) as principais diferenças da imigração entre estes séculos?

Antes de qualquer outra consideração, falando do Brasil mas também de praticamente todas as metas emigratórias, está muito claro que o mais fácil a ser



detectado é a composição profissional dos imigrantes (ou pelo menos das nacionalidades que chegaram mais numerosas), seu nível de profissionalidade, o alcance dos seus estudos, posto que um certo número tivesse um qualquer tipo de educação na própria pátria. Justamente pelo fato do Brasil pagar a passagem principalmente a famílias camponesas – seja para poder utilizá-las nos núcleos coloniais espalhados na área meridional do país, mesmo que não somente lá, seja, a partir da proclamação da República ou do domínio econômico e político da oligarquia do café e, por conseguinte, dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais – esta imigração – dirigida principalmente a partir do início da década de 90 do século XIX para a área mais rica do país e a que mais podia sustentar as despesas para custear a chegada gratuita de imensos contingentes de mão de obra para as fazendas de café – era em sua grande maioria rural já na origem, mesmo que houvesse exceções, raras no início e mais frequentes a partir do começo do século XX ligadas a pessoas que provinham de experiências urbanas, geralmente do sul da Itália ou da Toscana: artesãos, comerciantes, mestres de obras e até mesmo intelectuais. Com o passar do tempo, esse contingente foi aumentando de maneira muito apreciável, conglobando não somente os que chegavam nas cidades brasileiras sem ter passado antes pela fazenda, mas também um grande número de imigrados que, no final de cada ano agrícola, abandonavam o mundo do café, por causa das difíceis condições de vida e de trabalho que nele encontravam e da ainda vigente mentalidade escravocrata de fazendeiros, administradores e capangas. Esses contingentes repatriavam ou, mais frequentemente, instalavam-se nos centros urbanos, cuja economia era ainda indefinida nos anos da imigração massiva (pelo menos de italianos) e por isso mesmo eles não se puseram como concorrentes dos trabalhadores locais, muitos dos quais haviam deixado há pouco tempo sua condição escrava. É bem verdade que os imigrados também não tinham grande familiaridade com os ofícios urbanos, mas é igualmente verdade que a solidariedade étnica ou mesmo aldeana os levava a aprender o ofício em laboratórios artesanais de parentes, amigos ou simplesmente de patrícios. E quando isso não era possível começavam a própria mobilidade social partindo dos degraus mais baixos como foi o caso dos mascates, profissão por muito tempo monopolizada pelos italianos e que era o primeiro passo para abrir uma lojinha – de secos e molhados ou de qualquer outra coisa – numa qualquer cidadezinha do interior paulista, mas idealmente em São Paulo. A partir da proibição emanada pelo governo de Roma da emigração a passagem paga pelas autoridades brasileiras, diminuiu cada vez mais a porcentagem de agricultores e trabalhadores braçais em favor de uma composição profissional mais variada, incluindo proletariado fabril, que, porém, muitas vezes entrou pela primeira vez numa fábrica justamente no Brasil e principalmente em São Paulo. Junto com uma maior profissionalidade vai aumentar também o número de imigrados que podiam se gabar de ter frequentado a escola por algum tempo, até mesmo só o primeiro e talvez o segundo ano do primário, mas com os anos esse número aumentou e aumentaram os anos de estudo, chegando a alcançar o nível mais elevado de profissionalidade no segundo pós-guerra. Por fim, e sempre por simplificação, a partir de 1946 vai entrar no Brasil uma nova imigração, com valores distintos dos que haviam chegado ainda no século XIX e também nos primeiros 30 anos do século XX, pessoas, estas últimas, que gloriavam-se muitas vezes de “ter feito a América” através de inúmeros sacri-



fícios, trabalhando sem parar, engolindo sapos ou simplesmente recorrendo aos costumeiros canais das *migration chains*, da solidariedade aldeana ou regional. A nova imigração tinha horizontes culturais diferentes, reclamava direitos trabalhistas, levava dentro de si uma imagem da Itália que pouco se adaptava à que era interiorizada pela velha imigração. E não foi por um acaso que todas as formas de vida coletiva da imigração, tão numerosas no passado (escolas, associações, imprensa) não conseguiram reconquistar não digo as posições anteriores, mas nem chegaram perto delas. Quanto à imigração mais recente, nesse caso não somente no Brasil, mas no mundo em geral, o que mais chama a atenção são os países de saída e de chegada. Entre os primeiros sobressaem os do continente africano e principalmente os da faixa mediterrânea e os que são devastados pelas guerras – a caráter religioso ou não – que num percurso odioso pelos seus custos humanos e monetários suportados pelos interessados revezam na Europa, a partir da década de 80, centenas de milhares de indivíduos que fogem dos massacres e/ou da fome. Quanto à América Latina, o fluxo mais consistente é representado, já a partir do imediato segundo pós-guerra, pelos mexicanos e por alguns vizinho centro-americanos nos Estados Unidos. Em ambos os casos, a resposta das áreas de recepção tem sido de fechamento, bem mais evidente no caso da Europa, mais ligada às conjunturas políticas no caso dos Estados Unidos. Em ambos os casos, porém, essa atitude choca pesadamente com a total abertura do passado imigratório dessas áreas (no caso europeu, principalmente da Inglaterra, da França e da Alemanha). Quanto aos países de chegada, impressiona a mudança quase que repentina da caracterização de alguns deles no cenário imigratório. O caso mais evidente é justamente o da Itália, que, depois de ter espalhado mais de 20 milhões de seus filhos em todos os continentes nos séculos XIX e XX, agora é receptora de fluxos consistentes de imigrados do Oriente Próximo e da África, embora para muitos deles o país mediterrâneo representa, nas intenções sempre mais difíceis a serem realizadas, somente uma etapa de uma viagem mais longa, que tem como meta final a Alemanha, a Inglaterra, a França e o norte da Europa.

Sobre as imigrações históricas para o interior de São Paulo entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, mesmo que tenha entrado para trabalhar nas lavouras de café um grande contingente de portugueses e espanhóis, a identidade italiana parece se sobressair na região. Na sua visão, quais fatores causam essa invisibilidade dos portugueses e espanhóis e, conseqüentemente, a construção de uma “italianidade” como uma espécie de “tipo ideal” da identidade dos imigrantes em São Paulo, sobretudo no interior?

O raciocínio é válido principalmente no que diz respeito aos portugueses, que já na época colonial tinham como principal campo de negócios no Brasil o setor comercial. Já os espanhóis não faltaram nas fazendas, mas justamente na época que marca a passagem do trabalho escravo ao trabalho livre, isto é de 1887 a 1903, eles chegaram em número infinitamente menor daquele dos italianos (pouco mais de 300.000 contra quase um milhão) e essas quantidades aumentaram só nos anos seguintes até o começo da primeira guerra mundial. Foi por isso que os proprietários da lavouras de café utilizaram principalmente italianos, mas manifes-



tando preferências bem claras na escolha dessa mão-de-obra no que diz respeito a sua proveniência regional, privilegiando a utilização de vênetos (e lombardos) por causa de sua parcimônia, frugalidade e sobretudo docilidade (o que chegava a ser fator básico nos primeiros anos de utilização do trabalho livre; e vênetos e lombardos representaram, entre 1887 e 1902, quase 45% da imigração italiana no Brasil). Como revés da medalha, eram contratados com muito menor entusiasmo os que chegavam de regiões meridionais, considerados briguentos e sempre prontos ao protesto, se bem que uma outra estratégia foi a de empregar italianos de diferentes regiões para impedir que se unissem solidarizando entre eles, operação bem difícil até mesmo por causa do fato que falavam diferentes dialetos e não se entendiam.

A questão das possibilidades de ascensão social e de acesso à propriedade rural dos imigrantes estrangeiros que chegaram a São Paulo no período dos grandes fluxos migratórios é bastante controversa nos estudos sobre o tema. Há duas interpretações: uma mais “clássica”, que sustenta que as condições econômicas dos imigrantes e a conjuntura interna da região quase sempre impossibilitavam a ascensão dos imigrantes; e outra que defende que a conjuntura favoreceu a ascensão econômica e social do imigrante. Como o senhor se insere nesse debate?

Eu insiro-me na linha traçada já no final da década de 60 por Michael Hall, isto é na da negação que tenha havido um significativo percurso de ascensão através de aquisições de terra no Estado de São Paulo, como aliás já era sugerido na época pelos observadores e viajantes italianos no Brasil. Das estatísticas, infelizmente incompletas mas das quais se servem também os historiadores que defendem a tese da facilidade de acesso à terra, até 1920 os proprietários rurais italianos representavam apenas 6,6% do total dos proprietários estaduais, por um total de menos de 12.000 pessoas e normalmente tratava-se de propriedades menores do que as pertencentes a brasileiros e também a outras nacionalidades. De qualquer forma, a cifra total de proprietários até aquela data sempre foi excepcionalmente baixa se comparada com o número de imigrantes entrados e o peso relativo dos italianos na população total da região. Só com o passar dos anos vão aparecer os grandes fazendeiros, cujo símbolo mais notório foi Geremia Lunardelli, “o rei do café”. Diferente foi a situação nos núcleos coloniais principalmente do Rio Grande do Sul, mas também de Santa Catarina, Paraná e até Espírito Santo, onde o acesso à propriedade da terra fazia parte do contrato assinado pelo imigrante, que pagava a prestações e a preços bastante baixos.

Quais as novas possibilidades teóricas e metodológicas no campo dos estudos migratórios?

Eu acredito que o caminho que temos pela frente será o de aprofundar alguns temas, por exemplo da organização interna das coletividades imigradas, de sua participação à vida da sociedade receptora, isto é aprofundar tudo o que ilustre que o caminho da identidade étnica (que foi, aliás, um valor difícil a ser interiorizado para essas grandes massas de desiguais que logicamente foram os imigrantes)



não apresentou contradições ou, pior ainda, não se transformou em barreira a atitudes que facilitaram a transnacionalidade. Acho também que, mais que enfrentar temas que já foram bastante pesquisados, seria melhor aventurar-se em estudos de microhistória, com todas as cautelas que isso requer.

O senhor tem observado alguma lacuna nesse campo de estudos no Brasil?

Eu acredito que os estudos migratórios fizeram importantes progressos no Brasil, mas se tivesse que lamentar alguma coisa, lamentaria a falta de artigos e principalmente livros que analisem a presença estrangeira em algumas situações locais, apesar de sua consistência quantitativa. No caso da imigração, lamento a falta quase total de pesquisas sobre os italianos no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, mas também no Espírito Santo, no Norte e Nordeste, e lamento a frugalidade de estudos sobre o interior do Estado de São Paulo, mesmo não possuindo uma fertilidade excepcional como no caso do Rio Grande do Sul.